

A COMPREENSÃO DO LETRAMENTO E SUAS IMPLICAÇÕES DA GESTÃO NA PRÁTICA PEDAGÓGICA

BRUNA ALEXANDRA FRANZEN (FURB), OTILIA LIZETE DE OLIVEIRA MARTINS HEINIG (FURB).

Resumo

A pesquisa, de cunho qualitativo, "A Compreensão do Letramento e suas Implicações da Gestão na Prática Pedagógica" foi realizada com os gestores educacionais dos quatorze municípios que compõem a região do Médio Vale do Itajaí de Santa Catarina. Seus objetivos são compreender as concepções de alfabetização e letramento que fundamentam o ensino da leitura e da escrita nos municípios de atuação desses gestores e de que forma essas concepções influenciam nas políticas públicas dos municípios. A pesquisa foi realizada através de um questionário estruturado, enviado por e-mail aos gestores educacionais. Dos quatorze municípios, nove participaram. Para esta apresentação, selecionaram-se três municípios para uma reflexão em torno das seguintes questões: 1. O ensino de 9 anos já foi implantado? Quando ocorreu a implantação? 2. Os professores dos primeiros anos do ensino fundamental de 9 anos receberam alguma formação ou orientação para o trabalho com os alunos de 6 anos? 3. Qual a concepção de alfabetização e letramento que tem norteado a orientação do trabalho dos professores nos primeiros anos do Ensino Fundamental? 4. O município adota algum método de alfabetização? A partir desses e outros questionamentos, identificou-se a compreensão dos gestores quanto à alfabetização e ao letramento. Os dados revelam que a compreensão de ensino para os primeiros anos do ensino fundamental de 9 anos oscila de um município para o outro. Há municípios que não adotam métodos específicos, mas utilizam metodologias que propõem o alfabetizar letrando; há os que afirmam terem ofertado formação para os professores, mas não apresentam claramente a concepção teórica que sustenta a proposta do município. Os dados, por fim, apontam para uma reflexão acerca do diálogo entre propostas legais e a efetivação destas por cada secretaria de educação.

Palavras-chave:

Gestores educacionais, Letramento, Alfabetização.

1 INTRODUÇÃO

As atuais mudanças, que estão ocorrendo no sistema de ensino brasileiro, pedem novos estudos relacionados à educação, para que se possa compreender como se dará o processo de ensino/aprendizagem nos novos padrões educacionais. Uma dessas mudanças é a alteração do ensino fundamental de 8 para 9 anos, a qual suscita várias discussões em relação ao ensino das crianças que entrarão na escola com 6 anos de idade. Para tanto, surgem pesquisas que buscam compreender de que forma os professores trabalharão com os alunos do primeiro ano e quais as orientações que os gestores educacionais de cada município estão elaborando, principalmente no que concerne ao campo da linguagem, envolvendo as práticas de alfabetização e letramento.

O presente artigo está estruturado em três partes: inicialmente apresentaremos a pesquisa que nos fez construir este artigo. Em seguida, traremos os dados obtidos junto com a teoria que fundamenta a pesquisa. E, por último, faremos nossas considerações acerca das análises estabelecidas.

Este estudo discute dados preliminares da pesquisa de iniciação científica "A compreensão do letramento e suas implicações da gestão na prática pedagógica". Esse é um projeto que tem por finalidade compreender as concepções de alfabetização e letramento adotadas nos primeiros anos do ensino de nove anos. Busca, também, desvelar quais as orientações dos gestores educacionais aos professores, nas questões relacionadas à prática pedagógica no campo da linguagem. Para essa pesquisa, gestores são aqueles que estão inseridos nas secretarias de educação de cada município, podendo ser sujeitos os secretários de educação ou os coordenadores dos primeiros anos do ensino fundamental.

A coleta de dados foi realizada com os gestores das cidades que compõem a Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí, doravante AMMVI. Essa associação surgiu da necessidade de promover a integração e a organização dos 14 municípios (Apiúna, Acurra, Benedito Novo, Blumenau, Botuverá, Brusque, Doutor Pedrinho, Gaspar, Guabiruba, Indaial, Pomerode, Rio dos Cedros, Rodeio e Timbó) que a compõem. Optamos por esses municípios por estarem localizados na nossa região de atuação. Os nomes deles não serão revelados, trataremos os sujeitos como M1, M2 e M3. Afinal, o nosso objetivo não é atribuir juízo de valor aos municípios, mas sim discutir as concepções de alfabetização e letramento que têm norteado o trabalho com os primeiros anos durante a implantação dos 9 anos escolares.

A presente pesquisa iniciou a partir de Heinig e Stolf (2008), que também investigam as práticas pedagógicas, através de um olhar voltado aos professores dos primeiros anos desses mesmos municípios. Nessa pesquisa, os professores foram entrevistados e questionados sobre como se dá o processo de ensino/aprendizagem da leitura e da escrita nas primeiras séries do ensino de 9 anos, para, a partir disso, buscar compreender a concepção de alfabetização e de letramento que permeia a prática desses professores. As respostas dos professores instigaram um outro olhar, desta vez, voltado aos gestores que coordenam as séries iniciais do ensino fundamental e também orientam o trabalho dos professores. Surge, então, a nossa pesquisa, que, a partir dos dizeres dos gestores, tem o intuito de desvelar questões sobre o estudo da linguagem relacionando-a com as concepções de alfabetização e letramento.

A Lei federal 11.274, de 06 de fevereiro de 2006 acordou a implementação de um ano ao ensino fundamental, que passa a ter 9 anos. Com a nova lei, os alunos ingressam na vida escolar aos 6 anos de idade. No Brasil muitos municípios já aderiram ao ensino fundamental de 9 anos, outros ainda estão se adaptando e se organizando para receber os alunos mais cedo na escola, o que deve acontecer até 2010, prazo máximo estabelecido para a implantação.

A Lei para que o ensino seja ampliado está sendo implantada. No ano atual (2009), muitos municípios, que participaram da pesquisa, já aderiram a essa ampliação. Mas, de que forma as questões básicas que permeiam o ensino infantil, como a alfabetização e o letramento, foram trabalhadas com os professores para que estes recebam o aluno de 6 anos? Quais os meios que serão utilizados para que as questões do campo da linguagem sejam trabalhadas com esses alunos? Como os municípios trabalharam essas questões com as escolas? Se antes já havia muitos questionamentos, com a alteração na idade de entrada do aluno na escola surgiram muitos mais. Foram reflexões desse tipo que nos instigaram a iniciar essa pesquisa cujos sujeitos são gestores das secretarias municipais de educação.

Para a coleta de dados, primeiramente, entramos em contato por telefone com as secretarias de educação dos 14 municípios, a fim de explicar a nossa pesquisa e no que consistiria o e-mail que enviaríamos posteriormente. Após esse primeiro

contato, que ocorreu em agosto de 2008, enviamos aos gestores dos municípios, via e-mail, um questionário estruturado. Para este artigo selecionamos três das nove devolutivas que obtivemos, para uma reflexão em torno das seguintes questões: 1. O ensino de 9 anos já foi implantado? Quando ocorreu a implantação? 2. Os professores dos primeiros anos do ensino fundamental de 9 anos receberam alguma formação ou orientação para o trabalho com os alunos de 6 anos? 3. Qual a concepção de alfabetização e letramento que tem norteado a orientação do trabalho dos professores nos primeiros anos do Ensino Fundamental? 4. O município adota algum método de alfabetização?

A partir desses e outros questionamentos, identificou-se a compreensão dos gestores quanto à alfabetização e ao letramento. Os dados revelam que a compreensão de ensino para os primeiros anos do ensino fundamental de 9 anos oscila de um município para o outro. Há municípios que não adotam métodos específicos, mas utilizam metodologias que propõem o alfabetizar letrando; há os que afirmam terem ofertado formação para os professores, mas não apresentam claramente a concepção teórica que sustenta a proposta do município.

2 RELAÇÕES ENTRE CONCEPÇÃO E METODOLOGIA

Dos três municípios escolhidos para a presente discussão, dois implantaram o ensino de 9 anos no ano de 2006 e um no ano de 2007. Segundo resposta obtida através do questionário, todos os professores dos três municípios participaram de cursos de formação continuada para se prepararem para receber o aluno de 6 anos na escola.

Os três municípios selecionados apontam para um ensino que foque o trabalho com o letramento, por isso optamos por trazer esses dados para esta discussão. O conceito de letramento prevê que o sujeito não apenas saiba ler e escrever, mas participe com segurança de práticas sociais de leitura e escrita. Presume, ainda, a ideia de que a escrita traz consequências sociais, culturais, políticas, econômicas, cognitivas e linguísticas tanto para o indivíduo envolvido no seu aprendizado, quanto ao grupo social em que ela seja inserida (SOARES, 1998). Ideia que está em consonância com a definição de Kleiman, que compreende o letramento "como um conjunto de práticas sociais que usam a escrita, como sistema simbólico e como tecnologia, em contextos específicos, para objetivos específicos." (KLEIMAN, 1995, p. 18). É entendido, enfim, como o envolvimento de gêneros textuais e discursivos com as práticas sociais, um envolvimento plural, que integra várias linguagens.

O letramento, ainda, pode ser compreendido em diversos países de diferentes maneiras. Porém, a finalidade que a compreensão dessa prática possui é a mesma. Street (2003), com os Novos Estudos do Letramento, mostra que existem dois modelos de letramento: o autônomo e o ideológico. O autônomo está mais próximo do atual trabalho escolar, que tem como objetivo dar ao aluno algo pronto, partindo do pressuposto que o letramento é algo a ser aprendido. Kleiman afirma que a concepção do modelo autônomo "pressupõe que há apenas uma maneira de o letramento ser desenvolvido, sendo que essa forma está associada quase que causalmente com o progresso, a civilização, a mobilidade social". (KLEIMAN, 1995, p. 21). Já, na perspectiva do modelo ideológico, o letramento é entendido como uma prática que irá variar, portanto o que deve ser desenvolvido na criança é a compreensão e a noção de reconhecimento dos diversos gêneros discursivos e textuais que irão circular pela sociedade. Continuando com a definição de Kleiman, o modelo ideológico "afirma que as práticas de letramento, no plural, são social e culturalmente determinadas, e, como tal, os significados específicos que a escrita

assume para um grupo social dependem dos contextos e instituições em que ela foi adquirida." (KLEIMAN, 1995, p. 21). Acordando com Dionísio (2007), que trabalha com o letramento a partir da perspectiva ideológica, ele pode ser definido como:

[...] conjunto flexível de práticas culturais definidas e redefinidas por instituições sociais, classes e interesses públicos em que jogam papel determinante as relações de poder e de identidade construídas por práticas discursivas que posicionam os sujeitos por relação à forma de aceder, tratar e usar os textos e os artefactos e tecnologias que os veiculam e possibilitam. Neste sentido, o termo literacias apresenta-se como mais adequado para designar a pluralidade das práticas sócio-culturais, nos múltiplos domínios de acção humana. (p.1).

Portanto, o papel do letramento é social e está interligado com o domínio dos gêneros textuais e discursivos. Para construir essa compreensão de práticas sociais, a escola, os professores e os gestores precisam, primeiramente, construir a compreensão teórica do que é letramento.

Como já mencionamos, o letramento foi o foco das três respostas selecionadas para este artigo. Porém, antes de iniciarmos as análises, pensemos nas condições de produção que perpassam as respostas dos gestores e que a influenciam. A pesquisa foi realizada em um ano eleitoral, portanto os gestores não sabiam se continuariam o seu trabalho nos próximos anos. Outro fator relevante é que o prazo para a ampliação do ensino fundamental estava esgotando, já que o ano máximo estabelecido para a implantação é 2010 e a pesquisa foi realizada em 2008. Além dessas questões, temos que lembrar que quem respondeu ao questionário foram gestores, ou seja, pessoas que são autoridade em seus municípios e estão respondendo a uma pesquisa para uma universidade. Todas essas questões influenciam e direcionam, de certa forma, as respostas.

Ao elaborarmos o questionário para os gestores, formulamos perguntas que nos ajudassem a compreender o que estava circulando nas secretarias de educação dos municípios quanto às concepções de linguagem adotadas. As questões que nos apontam para essas respostas são as duas que selecionamos para discutir nesse momento: 1. O município adota algum método de alfabetização? Se sim, qual é esse método? Como e por que foi escolhido? 2. Qual a concepção de alfabetização que tem norteado a orientação do trabalho dos professores nos primeiros anos do ensino fundamental?

M1 responde que o município não adota nenhum método de alfabetização, em contrapartida diz que "*as concepções por nós adotadas é de analisarmos e recriarmos nossas metodologias de ensino e não de apenas ler e registrar autonomamente palavras numa escrita alfabética*".

O dizer desse sujeito nos direciona para o que Soares (2003) argumenta, quando diz que,

não há **um** método para a aprendizagem inicial da língua escrita, há múltiplos métodos, pois a natureza de cada faceta determina certos procedimentos de ensino, além de as características de cada grupo de crianças, e até de cada criança, exigir formas diferenciadas de ação pedagógica. (p.13, grifos do autor).

Porém, se o município não adota nenhum método, fica o questionamento de como *recriar as metodologias*. Já que estas, embora não estejam diretamente relacionadas aos métodos tradicionais de ensino, prevêm a utilização de algum método por parte do professor. Para Soares (2003), é necessário que haja métodos para trabalhar a alfabetização e o letramento com as crianças, porém esses métodos não precisam estar relacionados àqueles tidos como tradicionais.

Já o sujeito M2 responde que "*Não adotou um método único. Se avalia, três vezes ao ano, todos os alunos dos primeiros e segundos anos a fim de acompanhar e contribuir com a evolução do processo de alfabetização*". Porém, ao responder a segunda pergunta quanto à concepção de alfabetização, diz que "*Na rede municipal propõe-se alfabetizar letrando por meio de propostas que favoreçam a construção dos processos de leitura e escrita bem como o desenvolvimento de comportamentos e habilidades de uso competente da leitura e da escrita em práticas sociais.*"

Ao contrário do primeiro município, M2 já aponta para um ensino que leva em conta os métodos a serem adotados. Porém, a resposta à primeira pergunta aponta apenas para a alfabetização e, em seguida, o sujeito reitera dizendo que o município *propõe-se alfabetizar letrando*. Soares (2003) assevera que

[...] tanto a alfabetização quanto o letramento têm diferentes dimensões, ou facetas, a natureza de cada uma delas demandando uma metodologia diferente, de modo que a aprendizagem inicial da língua escrita exige múltiplas metodologias, algumas caracterizadas por ensino direto, explícito e sistemático - particularmente a alfabetização, em suas diferentes facetas - outras caracterizadas por ensino incidental, indireto e subordinado a possibilidades e motivações das crianças [...] (p.13).

M2 parece compreender que não utilizará apenas um "*método único*" para dar conta de inserir as crianças em uma sociedade letrada e alfabetizada, porém, apesar de a proposta do município apontar para o "*alfabetizar letrando*", no momento das avaliações, que acontecem três vezes ao ano, o foco é a alfabetização.

E o sujeito M3 nos responde que "*O município adotava até 2006 o método fônico. Com os estudos desenvolvidos, melhoramos a proposta, passando para um trabalho paralelo de alfabetização e letramento. O município adota Alfabetização e letramento, entendendo que é necessário tanto alfabetizar sistematicamente quanto desenvolver o letramento através da cultura escrita.*"

Esse sujeito também aponta para um trabalho que envolva a alfabetização e o letramento de forma conjugada, e ainda, podemos inferir, a partir da sua fala, que, para ele, um trabalho que parta dessa concepção é algo melhor. Antes de adotar essa proposta, o município adotava um método, agora deixou os métodos de lado e passaram a alfabetizar e letrar de forma sistemática. Porém, se não há um método de ensino, nos perguntamos qual é a forma utilizada para conseguir trabalhar com os alunos a alfabetização e o letramento uma vez que afirma fazê-lo "*sistematicamente*". M3 finaliza a sua resposta dizendo que o município compreende que o letramento deve ser desenvolvido "*através da cultura escrita*", o que se torna difícil analisar e compreender é o que esse sujeito entende por cultura escrita. Percebemos que os municípios não compreendem de forma concisa o que significa um trabalho com o letramento, principalmente, se partirmos da definição apresentada anteriormente de modelo ideológico, como uma prática "**social e culturalmente** determinada" (KLEIMAN, 1995, p. 21, grifos nossos), ou seja, não basta a cultura escrita para o desenvolvimento do letramento.

3 CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Nos dizeres dos três municípios, emergem a preocupação com um ensino que esteja voltado para uma compreensão que vá além do código escrito. M1 discorre sobre as mudanças nas *metodologias de ensino* em seu município, porém, quando indagado sobre a adoção de algum método, a resposta é negativa. Ou seja, existem metodologias, mas não métodos. Ao ler esses dados percebemos o receio, que parece ser geral, de falar em métodos de alfabetização, como se estes fossem sempre os mesmos, os "tradicionais" - analíticos e sintéticos. Soares (2003) reflete sobre essa compreensão generalizada, que associa métodos sempre como algo tradicional. Para ela, o que ocorre é que, "tinha-se, anteriormente, um método, e nenhuma teoria; com a mudança de concepção sobre o processo de aprendizagem da língua escrita, passou-se a ter uma teoria, e nenhum método." (Soares, 2003, p. 8). É importante que haja métodos, mas esses devem vir ancorados em alguma teoria.

No caso de M1, os dizeres sinalizam que não há algo claro quanto à concepção que realmente é utilizada nos primeiros anos; M2 e M3 trazem as concepções voltadas para a alfabetização e o letramento como algo conjugado. Observamos uma oscilação entre um município e outro, além de um descompasso entre o que é apontado pelos municípios como concepção e o conhecimento teórico possuído. Compreendemos que é todo um sistema educacional que está sendo reestruturado e que muitas teorias e concepções ainda são recentes, porém a compreensão teórica acerca de alfabetização e letramento precisa estar clara para os gestores, professores e todos os envolvidos no processo educacional de cada município, pois essa compreensão é um dos pontos chave para o novo ensino, como, também, já era anteriormente, no ensino de 8 anos.

Se analisarmos os três enunciados escolhidos para a discussão do presente artigo, perceberemos que todos compreendem que devem alfabetizar e letrar, ou seja, de alguma forma já leram ou ouviram falar sobre a importância de inserir a criança em uma cultura de letramento. Porém, o que não fica claro é de que forma é elaborado esse trabalho, e, ainda, qual a orientação passada para os professores das séries iniciais. Outra reflexão que fazemos é sobre como foi pensada e elaborada a formação de professores que foi ofertada pelos municípios, conforme as respostas obtidas no questionário, se não há uma concepção teórica clara que sustenta a proposta de cada município.

A partir das respostas obtidas, podemos inferir que há ainda incongruências no sistema que viabiliza e orienta as práticas educacionais. Diante disso, entender as compreensões teóricas construídas pelos gestores educacionais é importante para poder estabelecer um diálogo entre universidade e educação básica. Isso pode implicar as decisões e práticas de quem está incumbido de coordenar e auxiliar os professores, esse é um dos caminhos para que o novo sistema de ensino seja adequado aos conhecimentos sobre a linguagem que os alunos de 6 anos já possuem ao ingressar na escola e que obtenham melhor desempenho escolar.

REFERÊNCIAS

DIONÍSIO, Maria de Lourdes. **Literacias em contexto de intervenção pedagógica**: um exemplo sustentado nos Novos Estudos de Literacia. Santa Maria: Revista Educação UFSM, 2007. v.32. n. 1.

HEINIG, Otilia Lizete de Oliveira Martins; STOLF, Jociane. **Os sentidos de alfabetização para os professores alfabetizadores**. In: CELSUL, GT A linguagem na escola: contextos, desafios e perspectivas. Porto Alegre, 2008. Trabalho não publicado.

KLEIMAN, Ângela B (org.). **Os significados do letramento**: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita. Campinas: Mercado de Letras, 1995.

SOARES, Magda. **Letramento e alfabetização**: as muitas facetas. Poços de Caldas: ANPEd, 2003.

_____. **Letramento**: um tema em três gêneros. Belo Horizonte: Autêntica/CEALE, 1998.

STREET, B. Abordagens alternativas ao letramento e desenvolvimento. **Teleconferência Unesco Brasil sobre Letramento e Diversidade**, out. 2003.